

O KAIRÓS DA PANDEMIA E A UTOPIA DE OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

The Kairos of the Pandemic and the Utopia of Other Possible Worlds

El Kairós de la Pandemia y la Utopía de Otros Mundos Posibles

Le Kairos de la Pandémie et L'Utopie D'Autres Mondes Possibles

 10.5020/23590777.rs.v23i1.e13533

Moises Romanini  

Psicólogo, Doutor em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI - UFRGS). Professor do Departamento e Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI - UFRGS).

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma resenha crítico-reflexiva sobre o livro “O futuro começa agora: da pandemia à utopia”, do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. O livro é organizado em duas partes. A primeira parte, intitulada “O século XXI se apresenta”, apresenta informações, análises e interpretações do autor sobre o contexto da pandemia, envolvendo desde o debate sobre as desigualdades sociais tornadas mais evidentes e agudas pela pandemia até os movimentos de resistência e auto-organização comunitárias. Com o título “O futuro começa agora”, a segunda parte conduz o leitor à imaginação e construção teórica e utópica de novos mundos pós-pandemia, buscando a saída pelo cenário mais promissor: a proposição de alternativas ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado através de uma transição paradigmática e de uma nova declaração cosmopolita insurgente de direitos e deveres humanos. Diante de cenários tão catastróficos do pós-pandemia, Boaventura se situa na linha dos pensadores mais otimistas, apostando no regresso da utopia ao debate político e social.

Palavras-chave: pandemia, direitos humanos, problemas sociais, igualdade social.

Abstract

This article aims to present a critical-reflective review of the book “The Future Starts Now: From Pandemic to Utopia”, by Portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos. The book is organized into two parts. The first part, entitled “The 21st Century Presents Itself”, presents the author’s information, analysis, and interpretations of the context of the pandemic, ranging from the debate on social inequalities made more evident and acute by the pandemic to resistance and self-determination movements community organization. With the title “The future starts now”, the second part leads the reader to the imagination and theoretical and utopian construction of new post-pandemic worlds, seeking the most promising scenario: the proposition of alternatives to capitalism, colonialism, and patriarchy through a paradigm transition and a new insurgent cosmopolitan declaration of human rights and duties. Facing such catastrophic post-pandemic scenarios, Boaventura is in line with the most optimistic thinkers, betting on the return of utopia to the political and social debate.

Keywords: pandemic, human rights, social problems, social equality.

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de presentar una reseña crítico-reflexiva sobre el libro “El futuro empieza ahora: de la pandemia a la utopía”, del sociólogo portugués Boaventura de Sousa Santos. El libro es ordenado en dos partes. La primera parte, intitulada “El siglo XXI se presenta”, presenta informaciones, análisis e interpretaciones del autor sobre el contexto de la pandemia, envolviendo el debate sobre las desigualdades sociales hechas más evidentes y agudas por la pandemia hasta los movimientos de resistencia y auto-organización comunitarias. Con el título “El futuro empieza ahora”, la segunda parte conduce el lector a la imaginación y construcción teórica y utópica de nuevos mundos post-pandemia, buscando la salida por el escenario más prometedor: la proposición de alternativas al capitalismo, al colonialismo y al patriarcado por medio de una transición paradigmática y de una nueva declaración cosmopolita insurgente de derechos y deberes humanos. Ante un escenario tan catastrófico del post-pandemia, Boaventura se sitúa en la línea del tiempo de los pensadores más optimistas, apostando en el regreso de la utopía al debate político y social.

Palabras clave: pandemia, derechos humanos, problemas sociales, igualdad social.

Résumé

Cet article vise à présenter une analyse critique et réflexive du livre « O futuro começa agora: da pandemia à utopia » (L'avenir commence maintenant : de la pandémie à l'utopie) du sociologue portugais Boaventura de Sousa Santos. Le livre est organisé en deux parties. La première partie, intitulée « Le XXI^e siècle se dévoile », présente des informations, des analyses et des interprétations de l'auteur sur le contexte de la pandémie, allant du débat sur les inégalités sociales, devenues plus évidentes et aiguës en raison de la pandémie, aux mouvements de résistance et d'auto-organisation communautaires. Sous le titre « L'avenir commence maintenant », la deuxième partie conduit le lecteur à l'imagination et à la construction théorique et utopique de nouveaux mondes postpandémie, en cherchant la voie la plus prometteuse : la proposition d'alternatives au capitalisme, au colonialisme et au patriarcat à travers une transition paradigmatique et une nouvelle déclaration cosmopolite insurgée de droits et devoirs humains. Face à des scénarios aussi catastrophiques de l'après-pandémie, Boaventura se positionne parmi les penseurs les plus optimistes, en misant sur le retour de l'utopie dans le débat politique et social.

Mots-clés : pandémie, droits de l'homme, problèmes sociaux, égalité sociale.

Wuhan, China, 31 de dezembro de 2019, primeiro caso anunciado de uma síndrome respiratória aguda. Rapidamente um surto epidêmico se espalha pela província de Hubei. Um novo coronavírus, nomeado de Sars-CoV-2, foi detectado. Ao espalhar-se pelo mundo, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o surto como pandemia do novo coronavírus. A partir de então, todas/os vivemos os impactos catastróficos da pandemia: número cada vez maior de pessoas infectadas, hospitais lotados, sistemas de saúde colapsados, mortes, medidas de distanciamento social, crise econômica, desemprego, empobrecimento de grande parte da população mundial.

Será que a pandemia da Covid-19 é o nosso problema mais crucial? Ou a pandemia é mais uma das ameaças que vivemos em escala mundial de crises, riscos e ameaças à vida humana e não humana? Nesta ordem econômica mundial e conjuntura social e política, as crises econômicas e políticas decorrentes da pandemia terão algum horizonte de transformação no modo de produção capitalista? Como mobilizar projetos, ações, movimentos e instituições para a construção de um mundo mais justo e mais sustentável?

Diante dessas e de outras questões é que Boaventura de Sousa Santos, ainda nos meses iniciais da declaração da pandemia, escreve o livro “O futuro começa agora: da pandemia à utopia”. O livro (Santos, 2021), é organizado em duas partes. A parte I, intitulada “O século XXI se apresenta” é constituída por sete capítulos que, de modo geral, apresentam informações, análises e interpretações do autor sobre o contexto da pandemia, envolvendo desde o debate sobre as desigualdades sociais tornadas mais evidentes e agudas pela pandemia até os movimentos de resistência e auto-organização comunitárias. Com o título “O futuro começa agora”, a parte II leva o leitor à imaginação e construção teórica e utópica de novos mundos pós-pandemia, buscando a saída pelo cenário mais promissor: a proposição de alternativas ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado através de uma transição paradigmática e de uma nova declaração cosmopolita insurgente de direitos e deveres humanos.

Na introdução póstuma ao nosso tempo (Capítulo 1), Boaventura pondera que, há pelo menos quarenta anos, “o mundo vive dominado pela ideia de que não há alternativa à sociedade atual, ao modo como está organizada e como organiza nossas vidas” (Santos, 2021, p. 23). Essa é a plena realização da noção de progresso: a rigidez de um eterno presente, um presentismo que nega de forma radical e simultânea tanto o historicismo quanto o futurismo. Diante das possibilidades desfiguradas pelo capitalismo, como a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento, as redes sociais e a internet, vimo-nos enredados

neste eterno presente, que exclui qualquer alternativa ao modo como vivemos.

A pandemia, nesse sentido, apenas tornou mais explícito o nosso sentimento de esgotamento político e ideológico, a sensação já conhecida pelo Sul Global de se viver entre ruínas. Tais ruínas são produzidas por três modos de dominação principais, que vão atravessar as análises do autor ao longo de todo o livro: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Embora essas três formas de dominação surjam em nossas sociedades como entidades separadas que não guardam relações entre si, Boaventura ressalta que apenas os três em conjunto são todo-poderosos. Além disso, a ferocidade desses três modos não está baseada unicamente em sua força bruta, mas na capacidade que eles têm de desaparecer enquanto continuam vivos, de parecer fracos quando permanecem fortes. Essa pode ser uma pista para problematizarmos visões muito otimistas em relação ao fim do capitalismo precipitado pela pandemia.

Ao assumir a escolha pela metáfora do vírus como pedagogo, em detrimento das metáforas que o colocam como inimigo ou mensageiro, e ao afirmar que o novo coronavírus é nosso contemporâneo por partilhar conosco “as contradições do nosso tempo, os passados que não passaram e os futuros que virão ou não” (Santos, 2021, p. 41), o autor nos conduz, em uma escrita colaborativa com Maria Paula Meneses, à viagem promovida pelo segundo capítulo à história dos vírus e de suas relações com o colonialismo. Buscando contextualizar as epidemias como parte constituinte de nossa história e de ciclos de ameaça à humanidade, Boaventura e Maria Paula discorrem sobre fatores históricos e político-econômicos que explicam as origens, as escalas de impacto e as respostas institucionais aos grandes surtos epidêmicos no mundo, bem como a relação das epidemias da peste negra, varíola e influenza com a memória histórica e produção de subjetividades políticas.

As epidemias, de um modo geral, evidenciam as consequências nefastas do colonialismo, espelhando a “violência estrutural” do modelo colonial-capitalista. A estrutura política e econômica em que se apoiou o domínio colonial interrompeu a vida e as formas de subsistência das pessoas e comunidades e gerou desigualdades duradouras. Ao resgatar ideias de Ailton Krenak (2020), os autores concluem o capítulo refletindo sobre a íntima relação entre a violência epidêmica, a violência epistêmica e a violência colonial territorial.

Em relação à pandemia do novo coronavírus, as informações disseminadas revelaram o impacto das políticas neoliberais no campo da saúde, discutida de forma mais ampla no terceiro capítulo, que problematiza o capitalismo abissal e a noção de pandemia como um negócio. Partindo da ideia de que o capitalismo abissal se consolida ao reconfigurar o colonialismo e o patriarcado para os colocar a seu serviço, tendo como um dos principais efeitos a separação abissal entre seres plenamente humanos e seres sub-humanos, “estes últimos são transformados em populações descartáveis, corpos racializados e sexualizados para mortificação e ocasião de lucro” (Santos, 2021, p. 81).

Ao analisar quatro cenas da pandemia e pós-pandemia (as empresas ganhando com a pandemia; o valor da vida e a investigação médico-farmacêutica; a indústria advocatícia e os grandes negócios pós-pandemia; e o capitalismo corsário), Boaventura problematiza o valor e o desvalor da vida humana determinado por critérios mercantis e aproxima a sua análise dos pensamentos de Achille Mbembe, especialmente dos conceitos de necropolítica e necropoder, cuja expressão máxima se manifesta no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, criando “‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (Mbembe, 2018, p.71).

Inspirado na história de rapinagem e mecanismos atuais de espoliação protagonizados pelos conquistadores nas caravelas e contada por Eduardo Galeano em “As veias abertas da América Latina” (Galeano, 2013), o quarto capítulo aborda as veias abertas das desigualdades e das discriminações. Nesse capítulo, Boaventura procura mostrar o modo como a pandemia veio acrescentar mais vulnerabilidades e exclusões às já existentes, desequilibrando ainda mais, senão mesmo fazendo colapsar, os frágeis meios de subsistência e de defesa da vida, mais uma vez fazendo-nos problematizar a pandemia a partir da noção de necropolítica. As três linhas abissais principais, que separa os seres plenamente humanos dos seres sub-humanos, a capitalista, a colonialista e a patriarcal, são analisadas a partir de exemplos e dados, que vêm acompanhados de outros modos de dominação, designados de dominações-satélite, nomeadamente a dominação das castas, da religião, das prisões, do capacitismo e, em certos contextos, da própria idade (senexismo).

No quinto capítulo, ao destacar os efeitos neoliberais e das políticas de austeridade que acirram as desigualdades e discriminações sociais abordadas no capítulo anterior, Boaventura destaca que, dentre os princípios de regulação das sociedades modernas (Estado, Mercado e Comunidade), a partir da década de 1980, foi dada prioridade absoluta ao princípio do mercado em detrimento do Estado e da comunidade. A partir desse período, em quase todos os países assistimos à mesma transição: da regulação estatal da economia para a regulação econômica do Estado. Entretanto, a pandemia do novo coronavírus veio mostrar duas realidades dissonantes. A primeira é que os Estados foram convocados a proteger os cidadãos das consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia. Segundo, quando a pandemia eclodiu, os Estados estavam totalmente despreparados para enfrentá-la e para proteger os cidadãos.

É a partir dessa constatação que o autor vai percorrer por temas que voltaram à atualidade com a necessidade de os Estados responderem à emergência da pandemia. Dentre esses temas, destacam-se a constituição de Estados de Emergência Democráticos,

como nos casos da Itália, Espanha, Portugal, Argentina, África do Sul e Reino Unido; e constituição, a partir do ressurgimento de movimentos de direita e ultradireita, de Estados de Exceção Antidemocráticos. O negacionismo, o recurso a bodes expiatórios para disfarçar o fracasso das suas atuações na defesa da vida dos cidadãos e o uso da emergência sanitária para legitimar novos poderes de exceção foram as vertentes principais de atuação política dos Estados de Exceção Antidemocráticos, cujos exemplos encontramos em países como a Eslováquia, Sérvia, Hungria, Quênia, Gana, Uganda, Israel, EUA, Índia e Colômbia.

Boaventura reserva uma parte do capítulo para a análise da política genocida empreendida no Brasil, que, segundo o autor, é um dos poucos países do mundo que teve de enfrentar duas crises durante a pandemia: a crise sanitária provocada pelo vírus e a crise provocada por um presidente irresponsável, golpista e de ultradireita. Além disso, destaca que a intenção criminal, o plano e o ataque sistemático à vida são elementos necessários para a caracterização do crime, de uma política genocida. Num tom um pouco mais otimista, o capítulo se encerra com a descrição de boas práticas com líderes políticas femininas (como foi o caso da Alemanha e da Nova Zelândia) e das Brigadas Médicas de Cuba.

No capítulo intitulado “Conhecimentos, incertezas e saúde global”, o autor reflete sobre as potencialidades e os limites da ciência moderna e sobre a pluralidade de saberes sobre a saúde e suas epistemologias existentes no mundo. Pondera também que a pandemia do novo coronavírus tem revelado a importância da ciência como processo de produção de um saber credível, em oposição às notícias falsas (fake news) e que temos, com a propagação da “infodemia”, o duplo esforço de fornecer informação que garanta que as pessoas estejam informadas e garantir que as pessoas sejam informadas para agir adequadamente nesse momento de crise sanitária.

No capítulo que encerra a primeira parte do livro, o autor propõe um movimento de leitura que vai além dos protagonistas visíveis da crise, que são os Estados, a Ciência e grandes empresas farmacêuticas. Aqui, centramos-nos na solidariedade comunitária e nas iniciativas de resistência, caracterizadas como organizações comunitárias em confrontação com o Estado (como ocorreu na Bolívia e na Turquia); organizações comunitárias em cooperação com o Estado, como no caso de Moçambique; e organizações comunitárias em ação paralela e autonomista em relação ao Estado, citando os exemplos brasileiros da comunidade de Paraisópolis, da Frente Popular Brasil, Frente Povo sem Medo, Movimento dos Sem Terra, o Movimento Garganta Poderosa na Argentina, e do paradigma do Bem-Viver dos povos indígenas da América Latina. Ainda encontramos nesse capítulo a descrição de boas práticas de unidades político-administrativas subnacionais ou autônomas, como nos casos de Kerala (Índia), Niterói (Brasil) e Rojava (Síria).

Com a descrição e compreensão desses movimentos de resistência, organização comunitária e invenção de novas formas solidárias de existir, Boaventura nos lança em direção aos últimos quatro capítulos do livro, que compõem a segunda parte, intitulada “O futuro começa agora”. Boaventura analisa três possíveis cenários pós-pandemia. No primeiro cenário, intitulado “Tudo como antes e pior. Capitalismo Abissal e Estado de Exceção Securitário”, prevê-se um avanço dramático do racismo, do patriarcado e o capitalismo abissal se torna ainda mais antissocial e excludente. O agravamento da exploração capitalista do trabalho dito livre trará consigo formas de desvalorização selvagem do trabalho, especialmente dos corpos racializados e sexualizados, e o Estado de exceção antidemocrático será a forma política preferida.

O segundo cenário, intitulado “Pele capitalista, máscara socialista: o novo Neokeynesianismo”, é caracterizado por um Estado sensível à crise social e humanitária provocada pela pandemia, mas mudam os acessórios, os elementos periféricos dos problemas sociais (que não afeta a rentabilidade das empresas) para garantir a continuidade do fundamental. O fundamental é a sociedade capitalista, colonialista e patriarcal. O terceiro cenário, “Barbárie ou civilização: alternativas ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado”, é caracterizado pelo tempo da oportunidade histórica criada pela pandemia, o kairós da Antiguidade grega. É um tempo que se desdobra em duas temporalidades, o tempo utópico de imaginação de novos paradigmas, abordados no capítulo nove, e o tempo histórico da transição paradigmática, abordados nos capítulos dez e onze.

O tempo utópico da imaginação de novos paradigmas requer um exercício de Sociologia das Emergências, já trabalhado pelo autor em outras de suas obras, buscando por aflorações de alternativas que se vão multiplicando no mundo e a que nem o conhecimento dominante nem a mídia dominante dão a atenção devida. Desse exercício, Boaventura propõe uma nova declaração cosmopolita insurgente de direitos e deveres humanos, composta por 19 princípios para partilhar com o mundo e 19 direitos-deveres, sendo uma matriz para utopias realistas. Conforme o autor, “a utopia é o impossível sem o qual não se pode imaginar o possível e muito menos lutar por ele. A concretização do possível não é um acontecimento. É antes um processo, o processo de transição histórica” (Santos, 2021, p. 280).

Já o tempo histórico da transição se refere a uma transição paradigmática porque sinaliza a passagem de um modelo civilizacional para outro. Essa transição é um processo que articula diferentes dimensões da sociologia das emergências: as ruínas-semente, zonas libertadas e apropriações contra-hegemônicas. As ruínas-semente são um presente ausente, memória e alternativa de futuro ao mesmo tempo. Embora sejam conceitos, filosofias e práticas historicamente derrotadas pelo capitalismo, elas continuam vivas na memória e nos interstícios do cotidiano excludente e discriminatório em que vivem os grupos sociais subalternizados.

As apropriações contra-hegemônicas são subversões, ressignificações e refundações de conceitos, filosofias e práticas

desenvolvidos pelos grupos sociais dominantes por parte dos grupos subalternizados, transformando-os, de forma criativa, em instrumentos de luta contra a dominação. É o que Boaventura procura fazer com as críticas à Declaração Universal dos Direitos Humanos e refundação de tal declaração com a nova Declaração Cosmopolita Insurgente. Por fim, as zonas libertadas são comunidades consensuais baseadas na participação dos seus membros e que buscam criar, aqui e agora, um tipo diferente de sociedade, uma sociedade liberta das formas de dominação que prevalecem no presente.

Nesse sentido, a atual transição se caracterizaria pela recuperação, ampliação e transformação de metabolismos sociais subalternos que não foram totalmente destruídos pelo metabolismo social dominante, constituindo-se na memória do passado e na antecipação do futuro, construindo um outro tempo que não seja o eterno presente. Nesse exercício de utopia realista, Boaventura pondera que a opção entre os três cenários não é apenas um exercício intelectual, mas decorrerá dos processos políticos e das forças que neles dominarem. Num período de muitas turbulências sociais, no qual objetiva-se substituir as monoculturas do pensamento hegemônico pelas ecologias dos saberes, das temporalidades, das diferenças e dos reconhecimentos, das trans-escalas e de produtividades, somos convidadas/os a cultivar a imaginação epistemológica, ética e política.

Precisamos considerar que Boaventura, ao escrever o livro ainda no período inicial da pandemia, não vislumbrou que o aumento das vitórias recentes de partidos de esquerda ao redor do mundo, em especial na América Latina, é proporcional ao aumento da polarização política, com a ascensão de rivais políticos de extrema direita e eventos como a invasão do Capitólio nos Estados Unidos, a votação histórica da extrema direita na França, a invasão do território ucraniano pela Rússia e, no Brasil, o ainda apoio expressivo ao atual presidente da república. A convocação para uma imaginação epistemológica, ética e política para a construção de um cenário mais promissor pós-pandemia é atravessada pelos discursos epidemio-políticos, que polarizaram inclusive as medidas de biossegurança durante a pandemia e que, neste momento de decaimento da pandemia, transforma o vírus no único culpado pela crise econômica e social que vivemos. Entretanto, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2021), ao contrário do que se propagava nos meios de comunicação de massa, o vírus não ataca indiscriminadamente, “prefere as populações empobrecidas, vítimas de fome, de falta de cuidados médicos, de condições de habitabilidade, de proteção no trabalho, de discriminação sexual ou etnorracial” (Santos, 2021, p. 43). É nesse sentido que Boaventura pondera que o coronavírus é nosso contemporâneo, porque ele partilha conosco as contradições do nosso tempo à medida que o modo como ele [o vírus] emerge, se difunde e condiciona as nossas vidas é efeito do mesmo tempo que nos faz ser o que somos (Santos, 2021).

Ao mesmo tempo que possamos concordar com tais reflexões sobre a contemporaneidade do coronavírus, somos instigados a pensar, a partir das contribuições do filósofo português João Pedro Cachopo, que a pandemia não é o acontecimento em si mesma, mas a torção dos sentidos, intensificada e precipitada por ela (Cachopo, 2021). Essa torção envolve não o modo como nos concebemos no mundo, ou pensar o vírus como uma metáfora existencialista que questiona aquilo que somos e aquilo que estamos nos tornando com a pandemia; mas implica o revolvimento do modo como nos imaginamos próximos ou distantes das coisas e pessoas que nos rodeiam. Conforme Cachopo (2021), partimos de um sentimento partilhado: por um lado, sentimo-nos mais distantes dos próximos; por outro, sentimo-nos mais próximos dos distantes. É essa torção, remediada pelas tecnologias e precipitada pela pandemia, que nos convoca a nos posicionarmos diante do acontecimento – nós estamos tanto sujeitos a ele quanto somos sujeitos dele. Nesse sentido, mais uma vez, o acontecimento é a transformação dos modos de vida. Nesse momento, por exemplo, não percebemos uma refundação do compromisso ético e social das universidades, com investimentos e apoio à pesquisa, mas uma torção da própria noção de trabalho – que, em alguns setores do serviço público federal, está sendo chamado de ‘teletrabalho’, cujos custos operacionais serão capitaneados pelos próprios servidores.

Diante de cenários tão catastróficos do pós-pandemia, Boaventura se situa na linha dos pensadores mais otimistas, apostando no regresso da utopia ao debate político e social. Cachopo (2021), ao problematizar sobre o que pode a filosofia no contexto da pandemia, também situa autores/as como Žižek, Butler e Latour numa linha mais otimista de pensamento sobre o mundo pós-pandemia, em oposição ao pessimismo de Byung-Chul Han e Naomi Klein. Esses/as autores/as, a partir de suas distintas análises e pressupostos teóricos, acreditavam, assim como Boaventura, que a pandemia revelou as contradições do mundo – falência do capitalismo, precariedade dos equilíbrios políticos, sociais e econômicos, crises ecológicas – e, ao revelar tais contradições, ela [a pandemia] precipitaria uma consciência que daria lugar ações e transformações. Na tensão dialética entre o otimismo e o pessimismo, Cachopo (2021) nos propõe que “o vírus não mudou a humanidade. Tão pouco revelou a sua essência. Não derrubou o capitalismo. Não salvou o planeta (...). A pandemia não mudou o que somos mas como somos. O modo como vivemos, pensamos, desejamos, imaginamos e agimos está a sofrer uma metamorfose” (Cachopo, 2021, p. 57).

Apesar das e com as críticas até aqui tecidas, trata-se de um livro teoricamente robusto, com análises e interpretações significativas para o campo das ciências sociais e humanas, em especial ao campo da psicologia social, sobre a pandemia e seus efeitos nefastos aos grupos sociais subalternizados. Mesmo que possamos indagar a forma fragmentada e pouco articulada entre as diferentes formas de opressão (classe, gênero, raça, etnia, geração, sexualidade, dentre outras), bem como a saída para uma transição paradigmática e utópica de um mundo pós-capitalista e pós-colonial, a utopia, construída a partir de iniciativas e experiências sociais concretas ao redor do mundo, em especial as relacionadas às cosmologias dos povos indígenas e originários, nos ajuda a pensar num rompimento com os modelos dominantes de vida social e política, revelando possibilidades de construção

de modos mais justos de viver e conviver. Nesse cenário de (im)possibilidades políticas, culturais, econômicas e subjetivas, faço das minhas as palavras de Yazbek et al. (2020, pp. 207-208), cujas reflexões nos conduzem à ideia de que:

A expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional, que não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo coronavírus. No Brasil, a cada dia, em múltiplas iniciativas, o (des)governo federal vem assumindo o projeto ultraliberal conservador e obscurantista, de estímulo ao ódio de classe e aos grupos sociais historicamente excluídos de acessos a bens, serviços públicos e direitos, como o povo negro, em especial as mulheres pretas e pobres, os LGBTI+, os(as) jovens periféricos(as) e as classes trabalhadoras destituídas e subalternizadas. A retórica da necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das contrarreformas como remédio para a calamidade pública que nos assola não se sustenta, pois, nas situações de crise profunda como a que estamos vivendo, as desigualdades sociais se tornam mais visíveis, atingindo diferencialmente burgueses e trabalhadores, ricos e pobres, centrais e periféricos.

Tal cenário parece ser mais complexo do que o sugerido por Boaventura. Mas é certo que precisamos apostar na construção de uma utopia, uma utopia inspirada nas experiências concretas de grupos e movimentos sociais mundo a fora, em especial no Sul global, e que nos fazem acreditar em um futuro que não seja o do eterno presente. Para construir outros futuros possíveis, precisamos relembra o que Boaventura afirma na primeira do seu livro: a ferocidade do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo não está baseada unicamente em sua força bruta, mas na capacidade que eles têm de desaparecer enquanto continuam vivos, de parecer fracos quando permanecem fortes.

Referências

Cachopo, J. P. (2021). A torção dos sentidos: Pandemia e remediação digital. Elefante.

Galeano, E. (2013). As veias abertas da América Latina. L&PM.

Krenak, A. (2020). Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica. n-1 edições.

Santos, B. de S. (2021). O futuro começa agora: Da pandemia à utopia. Boitempo.

Yazbek, M. C., Raichelis, R., & Sant'Ana, R. (2020). Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, 138, 207-213. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.209>

de idosos. *Texto & Contexto Enfermagem*, 16(1), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000100012>

Silva, É. P. L. (2020). Contextos de institucionalização da velhice e representações sociais da morte: A perspectiva de idosos institucionalizados [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38194/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20%c3%89ven%20Paula%20Lima%20da%20Silva.pdf>.

Como Citar:

Romanini, M. (2023). O kairós da pandemia e a utopia de outros mundos possíveis. *Revista Subjetividades*, 23(1), e13533. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i1.e13533>.

Endereço para correspondência

Moises Romanini
E-mail: mromanini@gmail.com



Recebido: 17.02.2022

Revisado: 20.09.2022

Aceito: 12.10.2022

Publicado: